



DOSSIÊ: HISTÓRIA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA: MEDIAÇÕES DO PASSADO, DEMANDAS SOCIAIS E TEMPO PRESENTE

UERJ 70: comemorações e histórias de uma universidade pública

UERJ 70: commemorations and stories of a public university

UERJ 70: conmemoraciones e historias de una universidad pública

**Carlos Eduardo Pinto
de Pinto¹**

orcid.org/0000-0001-7448-2565
dudachacon@gmail.com

**Marcia de Almeida
Gonçalves¹**

orcid.org/0000-0002-9204-2093
scheiner.marcia@gmail.com

**Rui Aniceto Nascimento
Fernandes¹**

orcid.org/0000-0002-2940-3941
ruianiceto@hotmail.com

Recebido em: 29 ago. 2020.

Aprovado em: 26 mar. 2021.

Publicado em: 31 ago. 2021.

Resumo: O artigo analisa dois projetos propostos e realizados em 2019, por ocasião do início das comemorações dos 70 anos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): a elaboração do livro *70 anos UERJ: 1950-2020* e a montagem de exposição temática *ESQUELETO – 70 anos de UERJ*. As conexões dessas experiências com a História Pública foram situadas a partir de suas relações com a historiografia e a memória e abordadas em três frentes: o caráter colaborativo da realização do livro e da mostra, que envolveram professores(as), discentes bolsistas, técnicos(as) administrativos(as) e, no caso da exposição, artistas, em uma autoria compartilhada; a busca por construir uma história institucional que não fosse laudatória, escapando de narrar uma trajetória pautada pela sucessão de gestores e seus feitos, critério que norteou tanto a escrita dos textos, quanto a escolha das fotografias; e a assunção da Favela do Esqueleto como marco simbólico do compromisso da universidade no combate às injustiças sociais, possibilitando repensar a relação da universidade pública com os públicos que usufruem dos serviços emanados dessa instituição e, também, com a paisagem urbana carioca.

Palavras-chave: Comemorações. UERJ. História pública. História institucional.

Abstract: The article analyzes two projects proposed and implemented in 2019, on the occasion of the beginning of the commemoration of the seventy years of University of the State of Rio de Janeiro (UERJ): the preparation of the book *70 years UERJ: 1950 – 2020* and the thematic exhibition *ESQUELETO – 70 years of UERJ*. The connections of these experiences with Public History were based on their relationship with historiography and memory and thought on three fronts: the collaborative character of the book and the exhibition, which involved teachers, scholarship students, technicians and, in the case of the exhibition, artists, in a shared authorship; the search to build an institutional history that was not laudatory, escaping from narrating a trajectory guided by the succession of administrators and their achievements, a criterion that guided both the writing of texts and the choice of photographs; and the assumption of the "Favela do Esqueleto" (Skeleton Slum) as a symbolic landmark of the university's commitment to fighting social injustices, making it possible to rethink the relationship between the public university and the publics who enjoy the services emanating from this institution, as well as the urban landscape in Rio.

Keywords: Commemorations. UERJ. Public history. Institutional history.

Resumen: El artículo analiza dos proyectos propuestos y realizados en 2019, con motivo del inicio de las celebraciones de los setenta años de la Universidad Estadual de Río de Janeiro (UERJ): la elaboración del libro *70 años UERJ: 1950 – 2020* y el montaje de la exposición temática *ESQUELETO – 70 años de UERJ*. Las conexiones de estas experiencias con la Historia Pública se basaron en su relación con la historiografía y la memoria y se abordaron en tres frentes: el carácter colaborativo del libro y la exposición, que involucró a docentes, becarios, técnicos, y, en el caso de la exposición, artistas, en autoría compartida; la búsqueda de construir una historia institucional que no fuera laudatoria, escapando de narrar una trayectoria guiada por la sucesión de los directores y sus logros, criterio que



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

guió tanto la redacción de textos como la elección de fotografías; y la asunción de la "Favela do Esqueleto" como hito simbólico del compromiso de la universidad con la lucha contra las injusticias sociales, permitiendo repensar la relación entre la universidad pública y los públicos que disfrutaban de los servicios emanados de esta institución, así como el paisaje urbano de Río.

Palabras clave: Comemoraciones. UERJ. Historia pública. Historia institucional.

Introdução

*"Quem é que quer que se recorde o quê? E por quê?
Que versão do passado se registra e se preserva?
que é que ficou esquecido?"
(Fernando Catroga)*

As indagações sugeridas por Fernando Catroga (2001, p. 56) nos servem de inspiração para apresentar nesse artigo reflexões acerca das comemorações dos 70 anos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nossa abordagem está centrada na análise de dois projetos, já finalizados, propostos e realizados em 2019, por ocasião do início das comemorações dos 70 anos da UERJ: a elaboração do livro *70 anos UERJ: 1950-2020*, editado pela EdUERJ, nas versões impressa e digital (com *download* gratuito), e a montagem de exposição temática *ESQUELE70 – 70 anos de UERJ*, junção de referências históricas e de obras artísticas contemporâneas, aberta ao público e gratuita, no Paço Imperial, no centro da cidade do Rio de Janeiro, entre dezembro de 2019 e março de 2020. O livro e a exposição se complementam pela natureza do trabalho colaborativo em equipe, envolvendo professores(as), discentes bolsistas, técnicos administrativos e, no caso da exposição, artistas variados(as) que cederam com gentileza obras para compor a *ESQUELE70*.

Livro e exposição foram feitos a muitas mãos, e nessa dimensão materializaram o aprendizado do valor inestimável de autorias compartilhadas, no compasso das trocas afetivas e intelectuais. Conforme as palavras de Michael Frisch (2016, p. 62, grifo do autor), "nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores". O trabalho colaborativo envolveu pesquisa nos acervos da própria Universidade, entre documentos de ordem administrativa, como portarias, atos executivos e regulamentos, na

rede Sirius de Bibliotecas da UERJ, na imprensa periódica, por meio da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, além da realização de entrevistas com gestores(as), docentes e técnicos administrativos(as) que muito tinham a dizer sobre o que viram e viveram, em alguns casos, por décadas de trabalho. O acervo então reunido e sistematizado foi apenas em parte mobilizado nos resultados da escrita do livro e da montagem da exposição. A pesquisa nos indicou que ainda há muitas outras histórias para serem narradas.

Entre histórias e memórias

Na qualidade de universidade sob a gestão do governo do Estado do Rio de Janeiro, usufruindo de relativa autonomia administrativa, atuando no ensino – educação básica, graduação, pós-graduação –, na pesquisa e na extensão, as histórias e memórias que hoje a identificam podem vir a ser abordadas pelo viés da história pública, nos termos de caracterizar e enfatizar as funções e os impactos sociais que instituições dessa natureza desempenham.

No caso particular da UERJ, entre 2015 e 2017, estudantes, docentes, técnicos(as) administrativos(as), trabalhadores(as) terceirizados(as) vivenciaram crise de proporções únicas, com a interrupção parcial ou total, em diversos momentos, de suas atividades, tendo em vista o não pagamento de salários e demais insumos por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A situação calamitosa da UERJ não foi exclusiva, inserindo-se no contexto de colapso financeiro do poder executivo fluminense, como foi ruidosamente noticiado.

Em veículos da grande mídia, indevidamente, circularam notícias de que a UERJ estaria fechada, vindo talvez a não mais reabrir, pelo menos nas condições de universidade pública e gratuita. A despeito da crise, certamente um divisor de águas, a mobilização dos diversos segmentos que nela atuam e trabalham promoveu a divulgação de outras histórias, nesse caso sob o lema, até hoje repetido nas mais diversas solenidades, de que a UERJ resiste.

A gravidade dessa crise, traumática para os(as) que a vivenciaram quotidianamente, com efeitos

até hoje sentidos, teve, no entanto, um efeito reverso, talvez impensável nos momentos em que parecia não haver luz no fim do túnel, qual seja, a da importância de funções sociais e políticas da universidade em bases mais fortalecidas, no âmbito das percepções dos públicos para quem as ações acadêmicas e pedagógicas universitárias importam e fazem toda a diferença. Foi na iminência da UERJ estar ausente para sempre das vidas dos que nela estudam, pesquisam, trabalham, recebem atendimento hospitalar ou se beneficiam de tantos outros serviços prestados pela comunidade universitária que o seu valor público foi mais reconhecido como imprescindível e necessário.

A aposta em situar as comemorações do septuagésimo aniversário da UERJ por meio da história pública foi pensada a partir de ponderações reunidas na coletânea intitulada *Que história pública queremos?* (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018). O caráter panorâmico da publicação, manifesto nas múltiplas temáticas e nos textos sintéticos que a compõem, em seus 20 capítulos, nos sugeriu a compreensão do que, nas palavras de seus organizadores, pode ser a história pública concebida menos como campo disciplinar e mais como uma "plataforma", por meio da qual

se observam a confluência de atitudes comuns face ao tempo e às temporalidades históricas, disseminado por diferentes instituições, por meio de termos diversos, combativos e difusos, potencializada pela diversidade cultural do nosso país de dimensões continentais (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018, p. 11).

A par dessa perspectiva, buscamos indagar se, por meio dessa "plataforma", não caberia a tentativa de promover abordagens mais criativas no que tange às tradições historiográficas relacionadas à história de instituições estatais

como as universidades, as quais, por seu turno, possuem criações relativamente recentes, no caso brasileiro remetendo à década de 1930, nos exemplos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Brasil (atual UFRJ).² Acreditamos, assim, que a história de universidades públicas pode ser uma das portas de entrada para reflexões acerca das condições sociopolíticas e culturais nas quais se inserem e repercutem as ações emanadas de instituições, hoje estruturadas para os fins precípuos de formação profissional, pesquisa qualificada e interação com a sociedade civil.

Nas escolhas promovidas para a elaboração do livro e da exposição dialogamos com determinada concepção acerca das relações entre história e memória. Seguimos, entre outros, além de Fernando Catroga (1999, 2001), as considerações de Aleida Assmann, na obra *Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural* (2011). O debate acadêmico acerca de história e de memória foi intenso nas décadas de 1980 e 1990, em sociedades europeias e americanas. Gerou uma quantidade enorme de publicações na forma de livros, coletâneas e artigos.³

Nos limites desse artigo, não caberia aprofundar esse debate, sua menção, no entanto, se faz necessária tendo em vista a premissa de nos posicionarmos no que, de forma sintética (e didática), esteve associado a três perspectivas: a de separar história e memória, em muito alicerçada na salvaguarda de uma determinada concepção de cientificidade da primeira; a de aproximar e buscar suas interseções, nas fronteiras fluidas e porosas entre "lembrar escrever esquecer" (GAGNEBIN, 2006), sempre condicionadas pelos jogos de poder aludidos na epígrafe desse artigo; e a de realizar sobreposições, no intuito, em especial, de

² Na última década cresceu o número de pesquisas em interface com a história das universidades públicas, no mais das vezes focadas na criação de cursos de graduação e pós-graduação e na análise de processos de profissionalização efetivados no âmbito do ensino superior. Os momentos comemorativos de aniversários de fundação tornaram-se propícios para publicações com composições diversas, algumas delas tributárias de abordagens focadas na história administrativa, outras voltadas para o registro das principais ações derivadas dos serviços prestados. Por essa variedade, aspecto que certamente merece ser melhor investigado, não há modelos canônicos para a elaboração da história de universidades públicas, aspecto que, no nosso entendimento, reforça a importância de promover análises que situem a complexidade das historicidades e das temporalidades de instituições dessa natureza, nas suas múltiplas funções sociais, culturais e políticas, e, em paralelo, abre espaço para experimentações.

³ A título apenas de exemplificação, importante mencionar a coleção dirigida por Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, em sete volumes, publicada pela Gallimard, na década de 1980. Em especial, o texto de Nora que abre o primeiro volume, intitulado "Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux", fez enorme fortuna crítica, na premissa de situar as devidas diferenças entre história e memória. Em perspectiva diversa, importante mencionar, entre outros, o livro de Patrick H. Hutton, *History as an art of memory*, publicado em 1993.

subordinar a história à memória, em relativizações extremas dos protocolos de verdade da história como conhecimento. Nosso posicionamento se alinha com a segunda perspectiva mencionada.

Segundo Assmann, as diferentes funções da memória se manifestam em teorias e discursos diversificados, os quais podem ser agrupados em duas tradições vastas e interdependentes: a tradição da mnemotécnica retórica, em que memória é acumular, e é também arte (*ars*); e a tradição psicológica, na qual memória é potência (*vis*), identificada como uma das "três faculdades da alma" – memória, imaginação e razão. Na abordagem da memória como arte e potência, Assmann delinea chaves heurísticas para compreender variados contextos de produção, circulação, recepção de lembranças e identidades (ASSMANN, 2011, p. 22-23). O foco, como sugere o título da obra mencionada, é a recordação, a mesma, no entanto, aparece sempre acompanhada pelo seu duplo constitutivo, no caso, o esquecimento,⁴ tomado por vezes como inimigo efetivamente mortal e, também, como companheiro inseparável do que condiciona lembranças e recordações.⁵

Interessa-nos, igualmente, na apropriação das análises de Assmann, recuperar a maneira como ela concebe a historiografia, no âmbito do que cabe às tarefas de historiadores(as) na contemporaneidade. Nessa parte da obra mencionada, Assmann resgata diálogo com Krzysztof Pomian, em evento ocorrido no Getty Center, em Santa Mônica, Califórnia, sobre o tema da memória, em 1994/95. Ao se diferenciar de Pomian, crítico, naquele momento, e naquela situação, aos trabalhos de Jörn Rüsen e de Hayden White, Assmann ponderou que:

A historiografia, de modo muito claro, tem (ao menos) três dimensões: a científica, a memorial e a retórica. Duvido apenas que elas realmente se excluam, [...]. As dificuldades não provêm, em

primeiro lugar, do fato de que essas funções e dimensões acabam sendo absolutizadas, confundidas, contrapostas uma às outras de forma excludente? [...] A dimensão memorial e a dimensão científica da historiografia não se excluem, mas ligam-se uma à outra de maneira complexa. Contudo, o que nos parece separar irreversivelmente de uma historiografia positivista é a clareza de que a escrita da história *também* se dá por via retórica (e que, portanto, é "fictícia", no sentido de haver sido feita) e *também* encerra a referência da memória em um grupo determinado, em determinado local. As duas coisas já não são fatores que se possa eliminar do discurso científico da maneira mais ascética possível. Mais que isso, seria possível incorporá-las, ambas, em uma reorientação do projeto de escrita da história (ASSMANN, 2011, p. 156-158, grifo do autor).

Com os devidos cuidados e adequações o trabalho materializado na publicação do livro *70 Anos UERJ* e na instrumentalização da exposição *ESQUELE70*, buscaram lastrear-se nessa "reorientação do projeto de escrita da história", e assim explicitar as conexões intrínsecas à pesquisa metódica (científica), à memória e à retórica, no objetivo de tornar pública as histórias dos sujeitos diversos que instituíram e instituem a UERJ.

A dimensão memorial dos projetos realizados foi situada de modo a circunscrever alguns elementos implicados no ato de comemorar. De acordo com Catroga, toda comemoração pressupõe decisões acerca do que lembrar e do que esquecer, e tais decisões são tomadas por indivíduos e grupos específicos no tempo presente em que a comemoração é realizada. Pela repetição e pela invenção da tradição, as comemorações por vezes adquirem certo automatismo, enraizando-se no que Assmann (2011) denomina de memória cultural e Candau (2013) de memória social. De toda forma, a despeito de suas historicidades, as comemorações envolvem decisões políticas, mais ou menos carregadas pelo desejo correlato de fazer esquecer (e silenciar, e apagar) acontecimentos, pessoas, projetos alternativos (CATROGA, 2001).

⁴ Entre os textos sobre esquecimento, com os quais dialogamos, importante mencionar: Weinrich (2001), Yerushalmi, (2017), Seligman-Silva (2003), Ricoeur (2007) e Gagnebin (2006).

⁵ Vale situar pontualmente diferenças entre os usos dos verbos lembrar e recordar por parte de Assmann. O lembrar está mais associado à potência e, enquanto tal, submerso nos atos voluntários e involuntários, conscientes e inconscientes, no âmbito de nossas capacidades psíquicas e neurológicas; e o recordar associado à arte, no sentido de uma prática, na mobilização de procedimentos variados para provocar e realizar o ato de lembrar e de relembrar. Em certa medida, o recordar implica naquilo que Paul Ricoeur (2007) designou como trabalho de memória. Para uma interessante reflexão sobre tais aspectos, à luz da neurociência, abordada pelo viés da divulgação científica, ver Oliver Sacks, "A falibilidade da memória" (SACKS, 2017, p. 78-92).

Ao ter em mente essas considerações, buscamos em Jeanne Marie Gagnebin um necessário deslocamento de conceitos e sentidos da dimensão memorial da escrita da história da UERJ nos seus 70 anos, a saber: menos a comemoração e mais a rememoração. Como argumenta Gagnebin,

Propria, então, uma distinção entre a atividade de *comemoração*, que desliza perigosamente para o religioso ou, então, para as celebrações do Estado, com paradas e bandeiras, e um outro conceito, o de *rememoração* [...]. Tal rememoração implica uma certa ascense da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2006, p. 55, grifo do autor).

Foi o passado recente da crise que abalou a UERJ, já mencionada anteriormente, não como pretérito mais do que perfeito, mas como um passado ainda presente, que condicionou escolhas e premissas de rememorar, como indicado por Gagnebin, as histórias dessa universidade, nas suas singularidades e potencialidades públicas.

A UERJ – singularidades e potencialidades

A equipe⁶ que trabalhou nas pesquisas que resultaram no livro mencionado elegeu eixos temáticos, ao fim, organizados nos seis capítulos redigidos conjuntamente. Buscou-se na escrita cuidados de forma, de modo a garantir a legibilidade para públicos variados, além da mobilização de fotografias. Dialogou-se com a produção bibliográfica concernente à história da Universidade na sua dimensão institucional e, também, nas suas inserções nos contextos socio-

políticos guanabarinóis, fluminenses e nacionais.⁷ Ao se valorizar a busca de uma certa cartografia das ações emanadas dos sujeitos e grupos da Universidade, em suas temporalidades e historicidades, as entrevistas com alguns desses sujeitos e a pesquisa em periódicos da grande imprensa abriram possibilidades analíticas originais no que se refere a evitar certa neutralidade objetivadora.

Procurou-se, para a elaboração da síntese histórica, situar períodos, de modo a construir uma grade de inteligibilidade em que as conexões universidade/sociedade viessem a ser priorizadas: o momento da criação e da consolidação (décadas de 1950 e 1960); o momento da expansão institucional (final da década de 1960 a década de 1980), fortemente marcado pela ditadura e pelo início da abertura política, e o terceiro momento (década de 1990 aos dias de hoje), caracterizado pela democratização e por maiores compromissos sociais que sedimentaram uma das identidades singularizadoras da UERJ, na atualidade, a de universidade popular.

Ao longo dessas décadas, a UERJ possuiu mais de um nome: Universidade do Distrito Federal, na criação em 1950; Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1958, momento em que se efetivou a gratuidade do ensino; Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em 1961, por ocasião da transferência da capital para Brasília, e a criação do Estado da Guanabara e, finalmente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1975, por conta da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro.

Criada como Universidade do Distrito Federal (UDF), em 4 de dezembro de 1950, momento em que a cidade do Rio de Janeiro era a capital do País, a UERJ, nessa conjuntura, seguiu os procedimentos regulados pelo Estatuto da Universidade Brasileira, de 1931, lei na qual se fundamentaram a criação da Universidade de

⁶ A equipe foi coordenada pelo professor Luís Reznik e composta pelos(as) professores(as) Camila Borges da Silva, Carlos Eduardo Pinto de Pinto, Marcia de Almeida Gonçalves e Rui Aniceto Nascimento Fernandes e, também, pelos discentes, na qualidade de auxiliares de pesquisa, Bárbara Oasky Garofalo, Eduarda Luz Marçal, Jaqueline Rodrigues de Oliveira, Jamille Santos Lopes Araújo, Natália Silva Elias e Pedro Vitor Rebelo. As condições materiais relacionadas ao pagamento das bolsas dos(as) discentes, edição do livro e montagem da exposição foram proporcionadas pelo reitor em exercício na época, Ruy Garcia Marques, ex-aluno e professor da UERJ, a quem cabe agradecer por todo apoio prestado, e pela garantia da autonomia intelectual desfrutada pela equipe de pesquisa.

⁷ Entre os trabalhos que possuíam essa abordagem, qual seja, a UERJ nas suas inserções sociais e políticas, para além dos aspectos de sua estruturação institucional, destaca-se a tese de Daise Mancebo. *Da gênese aos compromissos* (1996).

São Paulo (USP), a Universidade do Brasil (atual UFRJ), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Essas universidades, no nascedouro, agregaram faculdades particulares já existentes, em especial, na reunião da Medicina, da Engenharia, do Direito e o que era designado de "Filosofia, Ciências e Letras".

A então UDF surgiu da reunião da Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1930, da Faculdade de Direito, de 1935, da Faculdade de Ciências Médicas, de 1937, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, derivada da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, criado em 1939, essa última destinada para a formação de professores(as) primários(as) e secundários(as).

Entre os cerca de 4 mil alunos da UDF em 1956, e os cerca de 42 mil estudantes – entre educação básica, graduações e pós-graduações –, nos dados de 2019, muitas foram as mudanças que afetaram os(as) que lá trabalhavam e estudavam e os(as) que se beneficiavam dos serviços da comunidade universitária. No escopo desse artigo, gostaríamos de destacar apenas algumas das experiências dessa história.

Importante mencionar, na década de 1950, momento de impasses na estruturação inicial da UDF, a mobilização dos estudantes que, em pressões sobre o poder legislativo e em movimentos grevistas, fez a diferença para instituir a gratuidade do ensino e regulamentar as dotações orçamentárias do governo no pagamento de salários e no fomento para a universidade. No fim da década, novos cursos de graduação foram incorporados na já então denominada Universidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, uma pauta abraçada pela reitoria foi a da constituição de *campus* unificado. O projeto de novo *campus* materializaria em concreto a expansão, a centralização burocrática-administrativa e a modernização como preceitos para caracterizar a universidade (REZNIK *et al.*, 2019, p. 29). Foram 10 anos entre a cessão do terreno e a inauguração, em 1976, do Pavilhão João Lyra Filho, no *Campus* Universitário Francisco Negrão de Lima. Nesse ínterim, com a fusão entre os

Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a UEG passava a ser denominada de UERJ.

Para quem mora na cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo visita à cidade, o atual *campus* central da UERJ, conhecido como *Campus* Maracanã, divide as referências de localização geográfica com o estádio de futebol de mesmo nome nas suas proximidades. Os blocos de concreto, os maiores, do Pavilhão João Lyra Filho, são vistos de longe. Ergueram-se sobre a Favela do Esqueleto, em situação certamente traumática para os moradores que vieram a ser desalojados com o início das obras. O nome da exposição já mencionada faz alusão direta a esse episódio, na perspectiva de interpretá-lo menos pelo tom ufanista e mais pelos significados plurais nas vidas dos que foram deslocados, em uma cidade do Rio em ritmo intenso de mudanças urbanas das décadas de 1960 e 1970.

Com a abertura política, o fim dos governos militares e a promulgação da Constituição Federal em 1988, muitas foram as mudanças no âmbito das relações entre a universidade e a sociedade fluminense. A democratização trouxe tonalidades um tanto diferenciadas, se comparadas à expansão vivenciada ao longo dos governos militares. Nas décadas de 1980-1990, e nas décadas iniciais do século XXI, para além do incremento das atividades de pesquisa no âmbito das pós-graduações, estruturam-se as atividades extensionistas e culturais, além da criação de outros *campi*, institutos e faculdades situados em outros municípios e localidades do Rio de Janeiro, no caso de São Gonçalo, Duque de Caxias, Resende, Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Ilha Grande.

Importante situar o quanto o ensino nas graduações – licenciaturas e bacharelados – possui na UERJ centralidade, manifesta, por exemplo, na existência de turno noturno, possibilitando assim a presença de trabalhadores(as). Esse aspecto, sem dúvida, adquiriu contornos especiais por ocasião do pioneirismo nacional da UERJ na adoção de reserva de vagas para o ingresso pelo vestibular – estudantes egressos de escolas públicas, candidatos autodeclarados pretos e pardos, em 2001.

O debate sobre as cotas e ações afirmativas dividiu e polarizou opiniões no âmbito das instâncias decisórias da Universidade. Figurou, certamente, como caixa de ressonância das hierarquias e exclusões da sociedade brasileira (REZNIK *et al.*, 2019, p. 48-49). As cotas, no entanto, vingaram, e seus impactos, como hoje são percebidos e medidos na UERJ, ampliaram, mesmo que ainda timidamente, a possibilidade de mudança da vida por parte dos(as) estudantes que delas se beneficiaram para ingressar no ensino superior. Em especial, como gostaremos de frisar, mudou a paisagem humana dos que integram a Universidade, na diversidade de cores, corpos e falas, nas demandas dos coletivos engajados com o movimento negro, de mulheres, LGBTHQIA+ e outros, para demarcar cada vez mais uma universidade popular. Somente à luz de aspectos da história da UERJ, muito brevemente mencionados no escopo desse artigo, se compreende o que a crise de 2015-2017 significou.

Um livro – 70 anos UERJ: 1950-2020 – por uma outra história institucional

O livro *70 anos UERJ – 1950-2020* foi uma das ações planejadas para iniciar as comemorações dos 70 anos de existência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se estenderiam pelos anos de 2019 e 2020.

Na qualidade de instituição de ensino superior, a UERJ constituiu-se como espaço público onde as histórias de milhares de pessoas vieram também a ocorrer. Vidas múltiplas em contato ao longo dos processos formativos, investigativos e profissionais diferenciados que transcorreram, e transcorrem, nos espaços universitários. Nestes 70 anos, a diversidade se fez presente na UERJ, estampada nos rostos de estudantes, professores(as), pesquisadores(as), servidores(as), prestadores(as) de serviços.

O livro *70 Anos UERJ* objetiva lembrar e contar algumas dessas muitas histórias que fizeram e fazem da UERJ uma universidade pública e gratuita, reconhecida pela excelência da pesquisa, do ensino e da extensão, fruto do trabalho árduo e dedicado de todas e todos, cujas vidas, de

alguma forma, vieram a ser entrelaçadas nessa instituição. Ao lembrar e contar algumas dessas histórias, objetiva também apresentar, para seus atuais participantes e para os que virão, a universidade na sua singular complexidade. Essa complexidade e sua correlata diversidade apresentam-se organizadas em seis capítulos. Como um mosaico, cada uma das partes integra o todo e almeja causar a impressão de que as histórias da UERJ extrapolam esse conjunto, indicando que outros poderiam se derivar dessa configuração.

A equipe de historiador(a)s, convidado(a)s pela reitoria para compor o livro comemorativo tinha um desafio: lidar com a história institucional. Como fazê-lo sem que o projeto redundasse na máxima drummondiana de que "há livros escritos para evitar espaços vazios na estante" (ANDRADE, 1990, p. 20).

Havia uma expectativa, por todo contexto de crise vivenciado pela Universidade no passado recentíssimo, de que era necessário escrever uma história que apresentasse para a comunidade interna e externa o papel que a instituição desempenhou e desempenha no cenário científico e social fluminense e brasileiro. Ruy Garcia Marques, reitor da UERJ, exortava:

A UERJ possui história. Narrá-la e compreendê-la é trabalhar com a memória e, assim, conectar passado e presente, na expectativa de, à luz das experiências vividas e acumuladas, mirar futuros possíveis. Nosso tempo presente indica também o lastro de muitas superações, a última delas vivenciada em 2016 e 2017. Nesse período, uma das crises mais agudas na existência da universidade ameaçou o trabalho realizado por décadas, no sentido de estruturar e garantir a qualidade e a gratuidade de serviços públicos prestados, visando ao ensino, à pesquisa e à extensão. Contudo, a UERJ resistiu e se fortaleceu! A UERJ resiste e se fortalece! Comemorar nossos 70 anos é acreditar todos os dias, a cada dia, no vigor da UERJ. VIVA UERJ!!! UERJ VIVA!!! (REZNIK *et al.*, 2019, p. 13).

Não se queria, entretanto, construir uma história institucional laudatória, que fosse uma sucessão de gestores e seus feitos, ou uma narrativa onde os processos formativos iniciais eram encarados como tempos heroicos, que anteviam a universidade atual. Para tanto inventariamos os acervos institucionais que, apesar de serem

repositórios de importante conjunto documental e bibliográfico, não atendiam à proposta de pluralizar as memórias e as histórias uerjianas.

O acervo do Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID) da Rede Sirius – rede de bibliotecas da UERJ – é um rico repositório de referências bibliográficas e fontes documentais, especialmente iconográficas, em parte identificado e catalogado. Conforme observações de Viviane Tessitore (2011), os centros de documentação estão a meio caminho entre as bibliotecas e os arquivos:

A aquisição, o armazenamento e o processamento técnico desse acervo possuem característica biblioteconômicas, arquivística e/ou museológicas, devido à própria diversidade do material reunido – diversidade que é, ao lado da especialização temática, a marca distintiva dos centros de documentação, que está presente também em suas atividades referenciadoras (TESSITORE, 2011, p. 171).

Para construir uma outra narrativa que priorizasse os agentes dessa história foi necessário contactar os gestores ou integrantes dos institutos, das faculdades, das unidades e dos movimentos associativos para (re)conhecer as memórias partilhadas sobre suas contribuições para a construção da universidade hoje. Desses contatos, emergiu uma documentação diversa, em destaque a iconográfica, e um conjunto de outros dados sobre a contribuição dos projetos desenvolvidos em cada unidade, que gerou impactos nas comunidades onde os *campi* se localizam, como também para além dos limites fluminenses.

A narrativa histórica, a que se dedica o primeiro capítulo da obra, é baseada em uma periodização que problematiza os processos marcantes na história da instituição. O primeiro foi o período da “criação e consolidação institucional”, que correspondeu às décadas de 1930 a 1960, momento em que se reuniram institutos e faculdades autônomas, constituindo a UDF. A esse seguiu-se o período da “Universidade em expansão”, anos 1960 a 1980, marcado pela ditadura e pela abertura política, quando se construiu o *campus* do Maracanã e a instituição expandiu em número de cursos e atividades extensionistas. Por fim, o último período, intitulado “Democratização

e compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão: dos anos 90 aos dias atuais”, ressaltou o processo de democratização da universidade, a consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação e da extensão universitária.

Ao conceber que é nos institutos, faculdades e unidades que se realizam as atividades fins da Universidade, o segundo capítulo apresenta os quatro centros setoriais, agregados por áreas de conhecimento. As faculdades e institutos que constituíram a Universidade vieram a ser agrupados nos quatro centros, frutos das mudanças ocasionadas pela reforma universitária promovida pelo Governo Federal em 1968: o Centro de Ciências Sociais (CCS), o Centro de Tecnologia e Ciências (CTC), o Centro de Educação e Humanidades (CEH) e o Centro Biomédico (CBI). A partir do que cada unidade já construía de memória institucional, foram indicados um breve histórico e as principais ações efetivadas no âmbito do ensino da graduação, da pós-graduação e dos projetos de pesquisa e de natureza extensionista. Dessa forma, buscamos situar a diversidade e a relevância de cada um dos espaços que, em conjunto, viabilizam e dimensionam a relevância dos serviços públicos que a UERJ agrega e oferece para as comunidades.

Ao longo de seus 70 anos de história, a instituição contribuiu para o desenvolvimento social, cultural, político, econômico e científico carioca, fluminense e nacional. Isso se deu por meio de projetos realizados em diferentes Centros Setoriais, Unidades, Departamentos, Núcleos, Programas e Laboratórios, e da valorização do diálogo e da colaboração com a comunidade externa, mediante a oferta de serviços e a produção de conhecimentos viabilizadores da elaboração de políticas públicas em diferentes setores. Na impossibilidade de abordar todos os projetos realizados ao longo desses períodos, dedicamos um capítulo para apresentar alguns desses projetos e a multiplicidade de áreas beneficiadas, envolvendo a saúde, a educação, a construção civil, o meio ambiente, a tecnologia, a cultura, o direito, entre outras. Destacamos a oferta de atendimento gratuito à população e o desenvolvimento de

novos conhecimentos e de práticas inovadoras que foram levadas para fora dos muros da Universidade, beneficiando inúmeras pessoas.

A UERJ é uma universidade que conta com cerca de 2.700 docentes, 5.800 técnico-administrativos, e com aproximadamente 42 mil estudantes, distribuídos entre ensino básico (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ), graduação e pós-graduação. Essa comunidade universitária distribui-se pela capital e por sete municípios do Estado do Rio de Janeiro. Sua interiorização também vem acontecendo via Ensino a Distância. Integrante do Consórcio CEDERJ/Fundação CECIERJ e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2019, totalizou 8.035 estudantes matriculados, atuando em dezessete polos de apoio: Barra do Piraí, Belford Roxo, Itaguaí, Magé, Natividade, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro (Campo Grande, Rocinha), São Gonçalo, São Pedro da Aldeia e Três Rios. Nesse trabalho são envolvidos mais de 600 professores entre coordenações de curso, de tutoria, de disciplina, mediadores à distância e presenciais.

Sob o recorte temático da "Universidade e as cidades", no quarto capítulo, abordamos as histórias da construção dos diferentes *campi* e os impactos acadêmicos, sociais e políticos nos seus territórios. Essas localidades se tornaram mais do que espaços que sediam os *campi* universitários, passaram a ser objetos de reflexão e de ação dos seus projetos e grupos de pesquisa. Destacamos o impacto educacional e cultural dos projetos desenvolvidos, além da intensa participação dos docentes nos Conselhos Científicos e acadêmicos da região, tais como os Conselhos Municipais de Educação, de Cultura, de Meio Ambiente, Conselho Estadual de Meio Ambiente, Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico, entre outros.

A comunidade universitária uerjiana é formada por mais de 50 mil pessoas entre docentes, técnicos administrativos e discentes. Esses segmentos, constituidores da universidade, possuem suas organizações de representação e luta pró-defesa dos seus interesses. A Associação de Docentes

da Universidade do Rio de Janeiro (ASDUERJ), o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (SINTUPERJ) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) atuais possuem histórias contemporâneas ao surgimento da Universidade. Mais do que incorporar seus históricos, o registro dessas histórias reconheceu as trajetórias de lutas específicas e compartilhadas pelos segmentos na constituição dessa universidade tão plural. Apesar de já haver historiografia sobre eles, foi importante entrevistar alguns de seus atores que, no exercício de recordar, trouxeram narrativas de lutas, dilemas e conquistas em prol da excelência acadêmica que caracteriza a instituição. O capítulo cinco, intitulado "Memória dos movimentos associativos", abordou essas realizações.

No capítulo final é apresentada conclusão propositiva, de autoria do professor Carlos Frederico Duarte da Rocha. Nele é realizado um balanço avaliativo da trajetória institucional, assim como sinalizadas apostas para os anos vindouros.

O que a UERJ deve pretender para prosseguir crescendo e progredindo com qualidade, estabilidade e capacidade de formação de alunos e de pesquisa em altos níveis? Isso passa por continuar investindo em um conjunto de aspectos que incluem ações para assegurar os recursos previstos em lei referentes ao seu orçamento, pela continuidade da melhoria da qualidade de seus docentes, pela melhoria das infraestruturas de ensino e de pesquisa, pelas suas ações de extensão universitária, pela intensificação das ações de internacionalização, pela manutenção com ampliação de sua rede de proteção institucional da formação discente via concessão de bolsas e, ainda, pela inserção dentro de suas potencialidades e competências, no que demandam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável constantes da Agenda 2030 (United Nations, 2015) (REZNIK *et al.*, 2019, p. 257-258).

ESQUELE70: a universidade encontra a favela

Conforme adiantamos, a segunda realização do projeto *Memória UERJ 70 anos* foi a exposição *ESQUELE70 – 70 anos de UERJ*, em cartaz no Paço Imperial, de 12 de dezembro de 2019 a 16 de fevereiro de 2020, e prorrogada até 22 de

março de 2020.⁸ A sua organização ocorreu em parceria com o Departamento Cultural da UERJ, dirigido por Marcelo Campos, e a Coordenadoria de Exposições, comandada por Analu Cunha – ambos, junto com Maurício Barros de Castro, compuseram a curadoria artística. Coube à equipe de historiadores(as) a curadoria histórica, pensada em sintonia com a proposta artística.

Marcelo Campos e Analu Cunha convidaram, para servir de base para o empreendimento, a exposição *Esqueleto: uma história do Rio*, produzida pelo Arte Clube Jacarandá, com curadoria de Maurício Barros de Castro e Fred Coelho, que havia sido exibida na Galeria Aymoré, entre abril e maio de 2019, com obras focadas na história do campus Maracanã. Em diálogo com as pesquisas históricas em processo de realização, foi concebida *ESQUELETO*, acrescida de novas obras e de três totens dedicados, respectivamente, à história da universidade, às características de seus *campi* e a alguns projetos de inovação científica e extensão.

Embora, no âmbito deste trabalho, não caiba uma análise aprofundada das obras artísticas expostas, é incontornável tecer um panorama de suas propostas, para deixar mais claro o diálogo proposto pela equipe de historiadores(as), por meio da elaboração dos totens. A principal característica dos trabalhos, flagrante desde o título da exibição, é a centralidade da Favela do Esqueleto como tema. Para compreender o porquê dessa escolha e algumas de suas consequências, faz-se necessário apresentar um panorama de como a favela e a universidade se encontraram.

A construção de um *campus* unificado para a UEG ganhou impulso na gestão do reitor Haroldo Lisboa da Cunha (1960/1967), resultando na criação do *campus* Maracanã (por certo, o mais conhecido entre os *campi* da UERJ), em um terreno antes pertencente à Favela do Esqueleto, após a expulsão de seus moradores. A comunidade havia recebido esse nome porque os primeiros habitantes tinham ocupado o “esqueleto” de um edifício destinado a um hospital, obra abandonada

na década de 1930, localizada nas cercanias do terreno em que seria construído o estádio do Maracanã, em 1950. Além de apartamentos improvisados no “esqueleto”, a ocupação se espalhou, compondo um conjunto complexo de casas de alvenaria, barracos de madeira e palafitas erguidas sobre um afluente do Rio Joana.

A escolha deste terreno para o *campus* resultou de uma confluência de interesses: a proximidade do Hospital Universitário Pedro Ernesto, localizado em Vila Isabel, bairro vizinho ao Maracanã; a centralidade do local, a meio caminho entre o Centro e a Zona Norte do Rio de Janeiro; a política de remoções levada a cabo pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que visava, sobretudo, favelas localizadas em pontos estratégicos para a expansão urbana ou a especulação imobiliária. No caso em questão, os dois interesses estavam em jogo: o estádio do Maracanã gerava a possibilidade de valorização do bairro, o que era impedido pela presença dos favelados (pela lógica governamental); por outro lado, existia o plano da construção de uma via expressa, a Radial Oeste, facilitando o acesso Centro-Zona Norte, justamente no terreno do Esqueleto (BRUM; GONÇALVES, 2015).

A lógica aplicada pelo governo era alocar os moradores das favelas erradicadas na Zona Oeste, em conjuntos habitacionais como a Vila Kennedy, a Vila Aliança e a Vila Esperança. Como essa região do estado também estava destinada à implantação de um complexo industrial, a ideia era que as indústrias aproveitassem a mão de obra dos favelados expulsos de suas antigas moradias. Vale notar que a política remocionista de Lacerda coincide com a ditadura civil-militar instaurada em 1964. Embora não se possa estabelecer uma relação de causalidade, é certo que o autoritarismo vigente endossava tais práticas, a despeito do posicionamento político adotado pelo governador.⁹

A Associação de Moradores da Favela do Esqueleto, apoiada pela Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG),

⁸ Prazo encurtado devido ao encerramento das atividades do centro cultural, como estratégia de combate à pandemia de COVID-19.

⁹ Uma das lideranças civis do golpe de 1964, Carlos Lacerda se tornaria opositor da ditadura após o cancelamento das eleições presidenciais de 1965, pleito em que pretendia concorrer (MOTTA, 2000).

iniciou um movimento de resistência, cujo lema era "Urbanização sim, remoção não" (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, p. 206). Exigiam permanecer no local, propondo a construção de conjuntos habitacionais ao lado do futuro *campus* da UEG. Por fim, o governo estadual autorizou a remoção de 2100 famílias. O presidente do DCE, Ismael da Silva Neto, apostou no futuro, discursando aos últimos favelados: "Onde vocês conheceram a miséria estará uma universidade de que seus filhos poderão usufruir" (MANCIBO, 1996, p. 19).

Em dezembro de 1969, foi fechado o contrato com Luiz Paulo Conde e Flávio Marinho Rego Arquitetos Associados Ltda. Estava prevista a construção do Pavilhão João Lyra Filho e a reforma do "esqueleto" (que viria a ser batizado como Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha e apelidado "Haroldinho"). A empreitada ficou a cargo da construtora Norberto Odebrecht S. A., uma das que mais cresceria ao longo da ditadura, envolvendo-se em esquemas de corrupção e tornando-se responsável por grandes obras no período. Contudo, quando assumiu a construção do *campus*, ainda estava iniciando sua atuação fora do Nordeste (CAMPOS, 2015).

Assumir a memória do Esqueleto como linha interpretativa da exposição pôs as celebrações dos 70 anos da UERJ em uma posição diversa da assumida pelo presidente do DCE no momento da remoção dos moradores, citada acima. Ao vaticinar que filhos de favelados iriam ocupar a universidade no futuro, Ismael da Silva Neto positivava as ações governamentais, considerando a remoção como um mal que poderia trazer benesses. A presença física e simbólica da universidade seria capaz de solucionar os males sociais vinculados à imagem da favela. Se é um fato que a universidade de 2019 abriga moradores de favelas, sobretudo após a implantação pioneira da política de cotas em 2001, os problemas sociais permanecem. Outros "esqueletos" ainda restam e, ao invés de suprimi-los, as celebrações dos 70 anos da UERJ os abraça como tema, conforme pode ser lido no *folder* da exposição:

As ruínas e remoções de espaços periféricos têm muito a nos ensinar. [...] Em sentido geral e

ampliado, tratamos das vozes, das várias vozes que resistem e se amplificam frente à tarefa de se autoconstruir, tal qual o ensinamento potente dos barracões de zinco, dos apitos da fábrica de tecido, do lugar e de seus avessos (CUNHA *et al.*, 2019).

Dolores Hayden (1997), em seu esforço de demonstrar como a história das paisagens urbanas poderia ser pensada como história pública, em *The power of place: urban landscapes as Public History*, nos lembra o quanto a palavra *lugar* é carregada de sentidos políticos: expressões como "mostrar a alguém o seu lugar" ou "o lugar das mulheres" deixam claras o quanto o mundo social é espacializado; em sentido inverso, os lugares (pensados como espaços habitados) também são atravessados por disputas políticas. Ao criticar uma história urbana tradicional, que fazia biografias unívocas centradas na trajetória de homens empreendedores e suas ações no tecido urbano, a autora demonstra a necessidade de historiador(a)s recontarem a história urbana com base em outras lógicas, que não ignorassem os sacrificados (explorados, removidos) na construção de lugares. Em resumo, a história das cidades é atravessada por tensões políticas e exige novos olhares capazes de perceber e reinserir no tecido urbano personagens apagados pela história tradicional.

Por meio da linguagem artística, muitas obras que compuseram *ESQUELETO* operavam em sintonia com a proposta de Dolores Hayden. Para ficar em poucos exemplos, podemos citar *A poeira não quer sair do esqueleto* (2018), documentário de Daniel Santiso e Max Willà Moraes, que registra moradores da favela do Metrô, derrubada por conta das obras para a Copa de 2014, em meio aos escombros de suas moradias; *Bandeira-poema* (1968), ensaio fotográfico de Hélio Oiticica sobre as interações de moradores da favela da Mangueira com seus parangolés; *Teko Haw* ("aldeia", em tupi-guarani) (2018), registro da performance colaborativa de Regina de Paula, que escavou o mapa do Brasil na aldeia Maracanã, retirando o asfalto que havia sido despejado no terreno da aldeia durante uma invasão perpetrada pelo Estado em 2013, após remover os moradores e conceder

a posse do lugar à Odebrecht; por fim, o cartaz de Anitta Boa Vida com a inscrição "UERJ meu país" (título da obra, de 2019), sucesso entre o público, que repercutiu sua imagem nas redes sociais

Tais trabalhos artísticos fazem remissões mais ou menos explícitas à destruição da favela do Esqueleto, por meio da interação com outras favelas/aldeias e remoções, atualizando a denúncia e incorporando a periferia como traço de identidade. No caso de *UERJ meu país*, embora não haja mobilização da ideia de periferia, as noções de territorialidade e identidade se fazem presentes, assumindo a universidade como lugar de pertencimento. Aliás, operação semelhante ocorre na performance *Teko Haw*, em que a noção de mapa também foi utilizada, criando conexões entre a "ideia" de Brasil (materializada na cartografia) e o solo da aldeia indígena, libertado pela escavação coletiva. Trata-se de modos diversos de lidar com o patrimônio material (REAP, 2011): embora os edifícios que compõem o *campus* Maracanã não sejam desprezados, sua existência é sempre tomada em tensão com o entorno e/ou com o País, reafirmando as características inclusivas da universidade e o seu compromisso com o combate às injustiças sociais.

Curadoria histórica: entre imagens e textos

Benito Bisso Schmidt (2016), refletindo a respeito de sua experiência no texto "O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos", nos lembra que um dos caminhos possíveis dessa tarefa é adequar as regras do *métier* às exigências da linguagem museológica. Desse modo, ao mesmo tempo em que deve haver um problema orientando a narrativa, como em um texto de história, as escolhas interpretativas devem ficar claras de forma sensorial e não por escrito. Em diálogo com Ulpiano Bezerra de Menezes, o autor aconselha que os objetos que servem de suporte ao significado devem estar evidentes, organizados segundo as dinâmicas da linguagem espacial e visual.

No nosso caso, o encontro do material coletado para a redação do livro com as ideias da

exposição artística já se configurava como um problema norteador: desde a primeira reunião entre as equipes de curadores se colocou a questão de como unir a curadoria histórica à artística, de modo que o "setor histórico" não ficasse isolado das obras de arte, como se fossem duas exposições dividindo espaço. Em parceria com a empresa 32 BITS, responsável por realizar os totens com o conteúdo histórico, foram concebidos três módulos, sendo dois interativos: o "Núcleo histórico", composto por uma sequência de fotografias projetadas em *looping*, apresentando uma história visual da UERJ; o setor "Campi e entornos", composto por uma tela sensível ao toque, disponibilizando um mapa do estado do Rio de Janeiro, em que imagens e informações a respeito dos *campi* e das unidades externas poderiam ser acessados; e a seção "Movimentos docentes e discentes/Produção científica e Políticas públicas", com informações sobre ações e projetos desenvolvidos pela universidade, também acessados por *touchscreen*.

Como a maior parte das imagens foi acessada no Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID), conforme assinalamos, as características desse acervo marcaram nossa seleção, embora não de forma absoluta. A escolha das fotografias que compuseram esses módulos foi norteadora por quatro critérios – três deliberadamente escolhidos pela equipe e um surgido como consequência da busca pela solução de um problema técnico. Os três escolhidos voluntariamente foram aplicados, sobretudo, para as fotos dos anos 1950 e 1960, abarcando os períodos de criação da Universidade e construção do *campus* Maracanã: o uso de fotos-ícones (MAUAD, 2008), a reafirmação da favela do Esqueleto como traço de identidade – o que estabeleceu o ponto de contato mais evidente com as obras artísticas –, e a busca por fotografias públicas (MAUAD, 2013) que se afastassem dos padrões das fotografias institucionais.

As fotos-ícones são pensadas aqui como aquelas capazes de condensar um momento histórico, funcionando como sinédoques de processos sociais. Embora Ana Maria Mauad (2008) utilize tal noção para se referir a imagens icônicas de certos momentos da história do Brasil (o que pressupõe

alcance e complexidade mais vastos), pensamos que o seu uso para pensar a história da Universidade seria válida. Tais imagens dizem respeito às quatro faculdades particulares que compuseram a Universidade do Distrito Federal em 1950: devido à escassez de registros visuais desse período, as fotos das sedes da Faculdade de Ciências Econômicas, da Faculdade de Direito, do Instituto Lafayette e da Faculdade de Ciências Médicas se mostravam incontornáveis como escolhas para representar esse período da fundação da instituição. Já utilizadas em diversas publicações, são imagens que acabaram por se associar, no imaginário, ao momento de fundação da Universidade.

Em seguida, a interação com a proposta da exposição artística, trouxemos imagens da Favela do Esqueleto para comporem o trajeto visual da história institucional, mantendo o compromisso com a memória da favela e reiterando a presença dos excluídos no processo de urbanização. Segundo Dolores Hayden (1997), as fotografias são fontes preciosas para narrar a história territorial, documentando tanto a segregação residencial quanto as lutas das comunidades contra a exclusão. Desse modo, as imagens do Esqueleto tinham mais do que a função de exibir o que existia no terreno em que seria construído o *campus* Maracanã, sendo incorporadas como um traço de identidade, atualizando a presença do Esqueleto, em uma operação semelhante à realizada pelas obras de arte.

Ainda no âmbito dos critérios propositadamente escolhidos, optamos por fotografias públicas sem caráter institucional ou, ao menos, contendo elementos dissonantes na construção da institucionalidade. Segundo Ana Mauad, em *Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica* (2013, p. 13),

os signos que compõem as representações de poder são estruturados pelo código do espetáculo. Neste sentido, as escolhas realizadas na composição da fotografia pública (desde a escolha da indumentária correta, para um determinado evento, até a organização do grupo em

semicírculo, para fornecer a ideia de unidade e centralização), passam pelo crivo da ideologia que homologa o código de representação [...].

As fotos que registraram a construção do *campus* Maracanã são pródigas de imagens desse tipo, já que "tanto as fotografias de eventos cívicos, como as do acompanhamento de obras públicas, são exemplos típicos de tal 'mise-en-scène'" (MAUAD, 2013, p. 14). Contudo, procuramos evitar¹⁰ aquelas que apresentavam visitas de burocratas e políticos aos canteiros, preferindo as que mostravam trabalhadores em ação. Mesmo que o caráter institucional se faça presente nesse tipo de imagem também (afinal, há uma retórica vigente para a representação visual dos trabalhadores, sempre registrados em ordem e em ação), consideramos que privilegiar o mundo do trabalho geraria alguma dissonância no constructo da lógica institucional.

Por fim, chegamos ao problema e sua solução, que acabou por se configurar em critério. O MID possui um acervo bem estruturado de fotografias dos primeiros 40 anos da instituição, mas está defasado quando se trata de imagens mais recentes – há fotografias disponíveis, mas a ausência de catalogação dificulta o reconhecimento dos lugares, datas e situações registradas. Diante disso, tivemos que recorrer à parceria com colegas dos institutos que compõem a Universidade, solicitando que nos enviassem fotografias representativas da história recente de suas unidades.¹¹ Como o recurso à memória partilhada já fazia parte da proposta do projeto, essa etapa apenas acrescentou a solicitação de que enviassem fotos relativamente recentes, sobretudo dos anos 1990 e 2000.

O que se configurava como um problema, acabou possibilitando uma construção coletiva do conjunto de imagens apresentadas, não apenas na exposição, mas também no livro. Desse modo, o projeto *Memória UERJ 70 anos* acabou funcionando como um agregador de material visual

¹⁰ Apesar da presença desse critério, em alguns momentos a presença de reitores e políticos não pôde ser evitada, pela ausência de outras imagens capazes de dar conta da representação visual de determinados eventos.

¹¹ Essa operação não alcançou todas as unidades, já que dependíamos da presença de acervos locais ou – se não tanto –, ao menos de *algumas* fotografias que pudessem dar conta de representar as unidades visualmente. Fora isso, precisávamos que alguém se comprometesse com o projeto, fazendo a coleta e nos enviando, o que nem sempre foi possível.

sobre os últimos 30 anos da universidade. Muitas dessas imagens também compuseram o núcleo dos *campi* e unidades externas, bem como o totem dedicado aos projetos de extensão. Nesses dois casos, a curadoria histórica possibilitou entender os horizontes da história da Universidade para além do *campus* Maracanã, sobretudo no mapa interativo do estado do Rio de Janeiro, que permitia visualizar a presença da UERJ em outras cidades e em outros bairros da capital, além do Maracanã. No caso dos projetos extensionistas, os limites expandidos eram também simbólicos, possibilitando aos visitantes travar contato com numerosos serviços prestados pela Universidade.

Considerações finais

As indagações de Fernando Catroga, transcritas na epígrafe desse artigo, foram o mote para apresentar, de forma sucinta, reflexões sobre resultados de trabalho coletivo intenso e compartilhado, materializados no livro e na exposição referentes aos 70 anos de existência da UERJ. Em particular, a pergunta "Quem é que quer que se recorde o que?" (CATROGA, 2001, p. 56) nos forneceu uma possibilidade de releitura da história da UERJ, sob a premissa de sugerir caminhos para a construção de narrativas plurais, no registro de enredos, agentes, tempos e espaços das memórias e histórias desse lugar institucional. De certo escolhemos alguns caminhos em detrimento de outros possíveis. Nessa escolha, demarcamos uma rememoração, enraizada no presente, e a aposta em narrar e expor histórias das gentes que fazem a UERJ, para instruir e deleitar.

A redação desse artigo, por seu turno, foi também exercício acadêmico e de rememoração. Quanto à essa última, se fez no momento em que os efeitos trágicos da pandemia de COVID 19, não só impediram a continuidade da exposição ESQUELE70, como resultaram na interrupção *sine die* das atividades presenciais na UERJ, como em outras universidades. Esse presente agônico, no entanto, reforçou a importância de lembrar e escrever, na persistência de reiterar o valor desses lugares em que toda ação, pelos seus impactos sociais e políticos, busca sempre ser pública.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *O avesso das coisas*. Aforismos. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael Soares. O Rio do IV Centenário aos 450 anos: novas funções da cidade e o passado como obstáculo. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 37-56, jan./jun. 2015.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira Campos. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2015.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Minerva, 1999.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CUNHA, Analu; CAMPOS, Marcelo; CASTRO, Maurício Barros de. Quanto ao futuro. In: *ESQUELE70 – 70 anos de UERJ* (folder da exposição). Rio de Janeiro: UERJ/Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial, 2019.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Golpe militar e remoções das favelas cariocas. *ACERVO*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 209-226, jan./jun. 2014.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.
- HAYDEN, Dolores. *The power of place: urban landscapes as Public History*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1997.
- HUTTON, Patrick H. *History as an art of memory*. Hanover: University Press of New England, 1993.
- MANCEBO, Daise. *Da gênese aos compromissos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MAUAD, Ana Maria. Foto-ícones, a história por detrás das imagens? Considerações sobre a narratividade das imagens técnicas. In: RAMOS, Alcides Freire.; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Imagens na História*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008. p. 197-212.
- MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de História da Mídia*, Teresina, v. 2, n. 2, p. 11-16, jul./dez. 2013.
- MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo e BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. La République. Paris: Gallimard, 1984. v. 1.

REAP, James K. Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 65-78.

REZNIK, Luís; PINTO, Carlos Eduardo Pinto de; SILVA, Camila Borges da; GONÇALVES, Marcia de Almeida; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *70 Anos UERJ: 1950-2020*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

SACKS, Oliver. *O rio da consciência*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 275-285.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 59-88.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 161-175.

WEINRICH, Harald. *Lete - Arte e Crítica do Esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

YERUSHALMI, Yosej Hayim et al. *Usos do esquecimento*. Tradução de Eduardo Alves Rodrigues e Renata Chrystina Bianchi de Barros. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, RJ, Brasil; professor adjunto do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marcia de Almeida Gonçalves

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; professora associada do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência

Carlos Eduardo Pinto de Pinto/ Marcia de Almeida Gonçalves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Campus Maracanã

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 9.º andar, sala 9019A

Maracanã, 20550-900

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Campus São Gonçalo

Faculdade de Formação de Professores

Rua Dr. Francisco Portela, 1470, Bloco B, sala 304D

Patronato, 24435-005

São Gonçalo, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.